

## **XXV Concurso - Prova Específica**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXV CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA ç BANCA DE DIREITO CIVIL

(Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Comercial)

Data: 17.03.2002

Ponto sorteado: n° 08

1ª Questão: Direito Civil ç Valor: 50 pontos

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) demandou, em face do Município do Rio de Janeiro, ação de cobrança de direitos autorais pela execução de músicas em via pública, em evento patrocinado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro durante o Carnaval de 2002.

Argumenta que, sem importar o lucro direto ou indireto, a execução musical em eventos semelhantes decorre do princípio da necessidade de valorização da produção artística.

Opine, em forma de parecer, sobre a pretensão do ECAD.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Civil ζ Valor: 50 pontos

Estabeleça a diferença entre fato do produto e vício do produto?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

3ª Questão: Direito Processual Civil ζ Valor: 50 pontos

Em ação popular promovida em face de Município foi determinada pelo juiz de primeiro grau a emenda da inicial para inclusão, no pólo passivo da relação jurídico-processual, dos litisconsortes necessários.

Decorrido o prazo e não cumprida a determinação judicial, o juiz de primeiro grau indeferiu a petição inicial, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, submetendo-o ao duplo grau de jurisdição.

O órgão do Ministério Público de primeiro grau apresentou recurso voluntário de apelação pretendendo a declaração de nulidade da sentença.

Indaga-se: o apelo deve ser provido?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

4ª Questão: Direito Processual Civil ζ Valor: 50 pontos

Conceitue pedido implícito, identificando as hipóteses admitidas pelo ordenamento jurídico brasileiro.

## RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

5ª Questão: Direito Comercial ç Valor: 50 pontos

Encerrada, há dez anos, a falência de determinada sociedade, requer o falido, condenado à pena de reclusão pela prática de crime falimentar, sejam declaradas extintas as suas obrigações. Junta a documentação que entende pertinente, deixando de comprovar a quitação dos tributos relativos à sua atividade mercantil.

Os autos são remetidos ao Ministério Público. Opine a respeito, dispensada a forma de parecer.

## RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

6ª Questão: Direito Comercial ç Valor: 50 pontos

A sociedade comercial Z impetrou, em 05/04/1997, concordata preventiva, que foi distribuída ao Juízo de Falências e Concordatas da Comarca da Capital. Obteve o despacho de processamento e, posteriormente, a concessão da concordata. No entanto, em 20/06/1999, por descumprimento de norma do Decreto-Lei 7.661/45, teve a concordata rescindida, sendo decretada a sua falência.

Em 25/10/2001, requereu a falida, no prazo legal, concordata suspensiva.

Havendo no processo falimentar cópia de denúncia, com o despacho que a recebeu, oferecida diretamente pelo Curador de Massas Falidas no Juízo Criminal da Comarca da Capital contra os sócios da requerente, sem que ainda tenha sido julgada a correspondente ação penal, manifesta-se o síndico de acordo com o pedido de concordata suspensiva.

Os autos são remetidos ao Ministério Público. Opine o candidato a respeito, dispensada a forma de parecer.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

---

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXV CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA ¿ BANCA DE DIREITO PENAL

(Direito Penal e Direito Processual Penal)

Data: 10/03/2002

Ponto sorteado: nº 06

DIREITO PENAL

1ª Questão: Direito Penal ¿ Valor: 40 pontos

SOLON, na sala do seu apartamento, ouve, mais uma vez de ANA, sua mulher, que se encontrava grávida, um propósito suicida. Descrente ao que ouvira, SOLON ausenta-se do apartamento, do que se aproveita ANA, uma vez só, para atirar-se pela janela. Na queda, vem a atingir com o próprio corpo um transeunte, MATIAS, que morre em consequência do choque, enquanto ANA sobrevive, mas sofre lesões que dão origem a um aborto.

Analise penalmente as condutas de SOLON e ANA.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

2ª Questão: Direito Penal ç Valor: 30 pontos

CLARA colega de trabalho de JOANA, aproveita-se de momento em que as duas estão sozinhas na sala e, dirigindo-se à JOANA, com o intuito de irritar a colega, de quem não gostava, afirma, apesar de saber inverídica a irrogação, ter sido ela a autora de furto ocorrido na empresa na semana anterior, ocasião em que foram subtraídos computadores e material de informática.

Analise penalmente a conduta de CLARA.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

3ª Questão: Direito Penal ç Valor: 30 pontos

Antônio e Pedro, usuários de entorpecentes, decidem comercializar a venda de cocaína para financiar o mau hábito. Assim, dirigem-se a um "ponto de venda", onde adquirem grande quantidade da referida substância e, dias após, são presos em flagrante quando ofereciam o produto à venda para José, que contava com 12 anos de idade, quando, inclusive, já haviam separado a parte que seria o lucro, com a finalidade de uso pela dupla.

Analise penalmente as condutas de ANTÔNIO e PEDRO.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXV CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA ¿ BANCA DE DIREITO PENAL

(Direito Penal e Direito Processual Penal)

Data: 10/03/2002

Ponto sorteado: nº 06

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª Questão: Direito Processual Penal ¿ Valor: 50 pontos

TÍCIO, denunciado pelo M.P. por crime de falsificação de documento público, devidamente citado, compareceu a juízo e, durante o interrogatório, invocou o seu direito de calar-se. O magistrado, atendendo a cota da denúncia, determinou o comparecimento do réu ao Instituto de Criminalística para a realização de perícia grafotécnica. Encontra respaldo a determinação

judicial? O silêncio do réu poderá constituir elemento para a formação do convencimento do Juiz, de modo a prejudicá-lo?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

2ª Questão: Direito Processual Penal ç Valor: 50 pontos

Em queixa subsidiária, o querelado, entendendo presentes os requisitos previstos no art. 89 da Lei nº 9.099/95, pleiteia, em sua defesa prévia, a suspensão condicional do processo. O querelante, ouvido pelo Juízo, nega-se a formular a proposta, alegando, genericamente, que as circunstâncias do crime não recomendam a aplicação da medida despenalizadora. Considerando presentes os requisitos legais da suspensão condicional do processo, disporia o Parquet de legitimidade para formular a proposta? E se a hipótese fosse de ação penal privada exclusiva?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

Boa Sorte!

-----

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXV CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

## PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA ç BANCA DE DIREITO PÚBLICO

(Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público)

Data: 24/03/2002

Ponto sorteado: nº 10

### DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão: Direito Constitucional ç Valor: 45 pontos

A Lei nº 427, de 10 de junho de 1981, do Estado do Rio de Janeiro, dispõe sobre o Conselho de Justificação para oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, competindo-lhe deliberar sobre a perda de patente desses oficiais. Indaga-se: a) essa lei pode considerar-se recepcionada pela Constituição da República de 1988, à vista do art. 125, § 4o, desta? b) qual a natureza jurídica das decisões desse Conselho ç administrativa ou judiciária? c) a perda de graduação das praças está também condicionada a decisão desse Conselho?

### RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Constitucional ç Valor: 55 pontos

A Câmara de Vereadores de certo Município aprovou projeto de lei, apresentado por um dos seus membros, criando uma classe a mais em cada uma das carreiras previstas no plano de cargos e vencimentos dos servidores da Municipalidade, com remuneração superior à da mais alta classe até então existente e acessível mediante promoção. O Prefeito vetou o projeto, por considerá-lo inoportuno, embora admitindo que dele não decorreria excesso dos limites legais de gastos com pessoal, que havia previsão de reforma do referido plano na lei de diretrizes orçamentárias para aquele exercício e que a dotação respectiva, na lei de meios então em vigor, era suficiente para cobertura da despesa conseqüente. O veto, porém, foi derrubado por votação unânime da Câmara. Promulgada a lei, servidor aposentado anteriormente à sua edição ajuizou mandado de segurança contra o Órgão de administração de pessoal da



Prefeitura, invocando o art. 40, § 8o, da Constituição da República e pleiteando reajuste de seus proventos com base no valor da classe criada, eis que se aposentara no mais alto nível de sua carreira, existente à época de sua inativação. A Autoridade impetrada prestou informações, afirmando ter atendido à orientação da "Súmula" nº 359, do Eg. STF ("Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou o servidor civil, reuniu os requisitos necessários, inclusive a apresentação do requerimento, quando a inatividade for voluntária."). Autos com vistas ao Ministério Público: lavre opinamento a respeito, inclusive sobre o mérito da impetração.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXV CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA e BANCA DE DIREITO PÚBLICO

(Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público)

Data: 24/03/2002

Ponto sorteado: nº 10

## DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão: Direito Administrativo ç Valor: 50 pontos

Em Comarca do interior do Estado do Rio de Janeiro, o Promotor de Justiça com atribuição para a defesa dos direitos difusos propôs uma ação civil pública objetivando a remoção dos presos definitivamente condenados da carceragem da delegacia local, incontestavelmente superlotada, alegando omissão do Estado.

Sendo certa a absoluta inexistência de vagas no sistema penitenciário estadual, emita parecer (dispensado o relatório) acerca da eventual procedência do pedido, abordando, necessariamente, os seguintes pontos: a) distinção entre discricionariedade técnica e discricionariedade político-administrativa; e b) constitucionalidade e legalidade do uso da ação civil pública para o controle de atos tipicamente políticos (ou de governo).

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Administrativo ç Valor: 50 pontos

Em um certo procedimento licitatório, o edital exige a apresentação, pelas empresas, do balanço patrimonial do exercício correspondente ao da abertura da licitação.

Sabe-se que: a) a abertura dos envelopes ocorrerá em janeiro; b) o art. 43 da Lei nº 8.383/91, estabelece que as empresas somente precisam apresentar seus balanços, para efeito de declaração de imposto de renda, a partir do mês de março.

Diante de tais dados, com fulcro no art. 37, XXI, da Constituição da República e art. 31, I, da Lei nº 8.666/93, analise, sob a perspectiva da aplicação do princípio da razoabilidade, a legitimidade do ato que se caracteriza pela exigência contida no edital.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXV CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA e BANCA DE DIREITO PÚBLICO

(Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público)

Data: 24/03/2002

Ponto sorteado: nº 10

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1ª Questão: Princípios Institucionais do Ministério Público e Valor: 50 pontos

Dentre as conclusões de comissão parlamentar de inquérito, instituída com o escopo de apurar fato irregular relacionado à saúde no Estado do Rio de Janeiro, estava a necessidade de criação de uma Promotoria de Justiça da Saúde, o que ocorreu por iniciativa do Deputado Estadual relator da referida Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Após dois anos da sanção da Lei que criou o cargo acima, Promotor de Justiça requereu ao Procurador-Geral de Justiça a abertura do edital de remoção para o órgão criado.

Emita parecer na qualidade de integrante da Assessoria de Assuntos Institucionais da chefia do Parquet fluminense.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Princípios Institucionais do Ministério Público ç Valor: 50 pontos

Promotor Substituto, integrante da classe inicial da estrutura do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, dirigente do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e da Juventude, recebeu o compromisso de ajustamento de conduta do Município do Rio de Janeiro, no sentido de se adequar a determinada exigência legal prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Descumprido o ajustado e executado o termo de ajustamento, o Município aduziu em embargos a nulidade do título executivo extrajudicial, porque, além do Promotor Substituto não poder ocupar o cargo de dirigente de Centro de Apoio Operacional, não teria atribuição para firmar o termo de ajustamento. À luz dos dispositivos que regem a matéria, manifeste-se em resposta aos embargos.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXIV CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

## PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA ¿ BANCA DE DIREITO PÚBLICO

(Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público)

Data: 20/05/2001

Ponto sorteado: nº 04

### DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão: Direito Constitucional ¿ Valor: 40 pontos

É admissível que o Ministério Público ajuíze ação civil pública, sob o argumento de estar defendendo os interesses dos consumidores do Estado, onde se pleiteie a declaração incidental de inconstitucionalidade de determinada norma que teria implementado aumentos abusivos da contraprestação devida pelo consumo de energia elétrica? Discorra sobre o tema.

### RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Constitucional ¿ Valor: 60 pontos

Vereador de Município interiorano aforou, no Juízo único local, ação popular contra o Prefeito e a Câmara Municipal, arguindo nulidade do Código Tributário aprovado por esta última e sancionado pelo primeiro, por infração literal ao art. 156, inciso II, da Constituição da República, porquanto não se previa, em tal Código, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, o que acarretaria prejuízo aos cofres comunais. Pleiteou condenação dos demandados à edição de norma supridora da lacuna legislativa e a ressarcir o erário da perda decorrente dessa falta. Citados, responderam e demonstraram o Prefeito e a Presidência da Câmara que, sendo rural noventa e cinco por cento de território do município, o custo da arrecadação daquele tributo seria superior ao respectivo resultado financeiro. Autos com vistas ao Ministério Público: lavre parecer a respeito.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXIV CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA e BANCA DE DIREITO PÚBLICO

(Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público)

Data: 20/05/2001

Ponto sorteado: nº 04

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão: Direito Administrativo e Valor: 55 pontos

José da Silva moveu ação de indenização em face da empreiteira "Obra Boa" e do Estado do Rio de Janeiro, já que na execução de obra pública a primeira causou danos a sua propriedade e ainda diante do fato de que os prepostos da mesma, quando solicitados para reparar os danos, insultaram-no com palavras de baixo calão e ocasionaram inúmeros incômodos na

utilização da propriedade afetada. O pedido indenizatório foi julgado procedente. Dela apelaram as partes. A empreiteira sob os argumentos de que: a) era parte ilegítima, já que sendo a obra pública, ela só responderia se lhe denunciasse da lide o Estado, o que não ocorreu; b) por ser pessoa jurídica, não estava obrigada a pagar indenização por dano moral. Irresignado, apelou igualmente o Estado do Rio de Janeiro, alegando que a obrigação de indenizar era subsidiária e não solidária, não se aplicando a presunção jure et de jure na responsabilização do contratante por ato do contratado. Pergunta-se:

a) A empreiteira "Obra Boa" é parte legítima na ação de indenização?

b) O Estado do Rio de Janeiro é parte legítima na ação de indenização proposta?

c) Há solidariedade?

d) Cabe indenização por dano moral em ação proposta em face de pessoa jurídica?

e) Procedem as alegações das partes? RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Administrativo ç Valor: 45 pontos

Que naturezas podem ter as sentenças que julgam procedentes ou improcedentes ação civil pública? Com o trânsito em julgado da sentença, tem ela efeitos erga omnes ou inter partes? Admite-se ação civil pública contra lei em tese?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXIV CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA ç BANCA DE DIREITO PÚBLICO

(Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público)

Data: 20/05/2001

Ponto sorteado: nº 04

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1ª Questão: Princípios Institucionais do Ministério Público ç Valor: 50 pontos

É cabível a aplicação analógica do art. 28 do Código de Processo Penal, quando o Juiz discorda da manifestação do Promotor de Justiça que, em vez de oferecer denúncia, pretenda a volta dos autos de flagrante de indiciado em liberdade à autoridade policial para diligências que considere imprescindíveis?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Princípios Institucionais do Ministério Público ç Valor: 50 pontos



Um Promotor de Justiça, titular de promotoria de defesa dos interesses difusos e coletivos, presidindo inquérito civil destinado a apurar dano ambiental provocado por uma usina de açúcar, concede entrevista a um canal de televisão, informando as medidas até então tomadas para instruir o feito e as que seriam adotadas logo a seguir por via judicial. Além disso, o referido membro do Ministério Público disponibiliza aos repórteres os autos do inquérito, permitindo a filmagem de algumas páginas do procedimento. Pergunta-se:

a) O Promotor de Justiça poderia ter concedido a entrevista nos termos mencionados na questão?

b) O Promotor de Justiça poderia ter disponibilizado os autos do inquérito para o acesso da imprensa?

c) Estaria o Promotor de Justiça impedido ou suspeito para ajuizar ação civil pública?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!